

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: 168

Data 7 de Janeiro de 1977 Pg.: _____

CNBB satisfeita com decisões sobre Funai

RIO (Sucursal) — O resultado da reunião de anteontem, do ministro Rangel Reis, do Interior, com dirigentes da Funai, a julgar pelo que dele transpirou oficialmente, foi bem recebido nos meios eclesiásticos do Rio, embora a Cúria Metropolitana e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, não se proponham a comentar o fato.

De um modo geral, o que ficou decidido no encontro, segundo as informações veiculadas ontem pela imprensa, poderia — para a Igreja — indicar o esvaziamento das recentes ameaças e restrições ao trabalho missionário, católico e protestante, junto aos indígenas, externadas em maior intensidade pelo general Ismarth de Oliveira.

A CNBB consideraria significativa a distância entre o fato de se haver instalado grupo de trabalho que apontará missões que trabalham alheias ao que determina o Estatuto do Índio e as declarações de Ismarth, segundo as quais seriam afastados todos os missionários que não manifestassem, em termos práticos, afinidade com a política indigenista.

Comentava-se, ontem, que o grupo de trabalho representaria não mais que a instituição de órgão com a finalidade de verificar o cumprimento da lei, já que o próprio Estatuto do Índio regulamenta e condiciona o trabalho missionário. Essa verifi-

cação, por outro lado, seria redundante, porque coincidiria com o que é feito rotineiramente pela própria Funai, em razão mesmo de seus objetivos. Daí não se considerar venha, pelo menos a Igreja Católica, a ser atingida. Lembra-se ainda que, quando o Estatuto entrou em vigor, ao tempo do governo Médici, nenhuma restrição se fez sentir.

Também extra-oficialmente, informava-se que o assunto será melhor analisado por dom Ivo Lorscheiter, que chega hoje ao Rio. O secretário-geral da CNBB não vai, todavia, emitir qualquer pronunciamento sobre a questão, mesmo porque isso poderia agravar uma crise que — é possível — talvez se esteja esmaecendo e que decorre de divergências já tidas como crônicas na oportunidade em que o presidente Garrastazu Médici sancionou a lei desde então designada Estatuto do Índio.

De outra parte, há a tendência a se considerar que os responsáveis pela política indigenista oficial convergem a uma opinião que seria da Igreja: a de que o trabalho missionário não se confunde com a diversidade de interesses e concepções sobre o problema. Razão insuficiente para afastar a Igreja — segundo se dizia nos meios eclesiásticos — de um trabalho em que se considera pioneira.